



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No nono dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Joaquim Campos. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Professora Nilda Paula elogiou e agradeceu ao prefeito Zenaldo Coutinho e à Secretaria de Saneamento – SESAN pela melhoria da Passagem Quinta Linha, no bairro do Tenoné, concluída neste final de semana. Esclareceu não ter sido feita a pavimentação, mas a colocação de uma camada de seixos que muito melhorou a trafegabilidade. Declarou ser necessário dar o crédito da realização das obras ao prefeito, reconhecendo as benfeitorias que a gestão municipal faz. Criticou vereadores que tomam para si o mérito por tais melhorias, buscando granjear o apoio da população. Emerson Sampaio lamentou que esta Casa não tivesse assento no Conselho Municipal de Transporte, não tendo ingerência alguma na decisão quanto ao reajuste do preço da tarifa. Apesar disso, considerou que este parlamento não pode se eximir de participar deste debate, pois todos os vereadores são cobrados diariamente nas ruas pela população. Arguiu que não se deve considerar apenas as razões levantadas pelos empresários para o aumento do preço da passagem, desconsiderando o salário recebido pelos trabalhadores de Belém. Chamou a atenção para o fato de que as pessoas que usam o transporte coletivo são as mais pobres de nossa cidade e não podem simplesmente receber toda a carga do aumento dos custos dos empresários do setor de transporte. Defendeu que se encontre um meio termo para este aumento que contemple a todos os envolvidos. Avaliou que a frota de ônibus que serve à população de Belém está sucateada e que, historicamente, nunca houve renovação desta após um aumento da passagem. Julgou então falaciosa a argumentação de que é necessário aumentar o preço da passagem para renovar a frota. Tratou depois da licitação para o transporte público municipal em nossa capital. Recordou que esta Casa aprovou, no ano anterior, o projeto da PMB que a estabelecia, ampliando o prazo para a vigência do contrato de seis para até doze anos, para dar condição ao empresário de ter um retorno de seu investimento com um prazo mais longo. Entretanto, continuou, este processo ainda não saiu do papel. Pediu maior agilidade ao Ministério Público Estadual do Pará – MPPA, pois este solicitou mais uma audiência para debater o tema. Afirmou ser inaceitável que tenhamos mais um aumento de passagem sem que se discuta a efetivação do projeto de licitação. Lembrou que as empresas têm concessão há anos e anos, já tiveram perdão de suas dívidas e redução do Imposto Sobre Serviços – ISS. Reiterou que esta Casa, enquanto representante do povo, não pode se calar perante esta questão. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Professora Nilda Paula, Amaury da APPD e Pablo Farah. Findo seu pronunciamento, Emerson Sampaio assumiu a presidência da Mesa. Manifestou-se então o vereador Amaury da APPD e expôs ser verdade que, ao longo da história, as Comissões de Transportes e Sistema Viário desta Casa foram omissas em relação à melhoria do transporte público em nosso município. Ponderou que, quando se levantou aqui o debate sobre a instalação de aparelhos de ar condicionado nos ônibus, foi mais fácil execrar o vereador Dr. Chiquinho do que bater de frente com os empresários do setor de transporte público e os órgãos responsáveis por este em Belém. Afiançou que não adiantará fazer o debate sobre este tema na CMB, porque haverá vereador que participará deste, usará a tribuna da Casa, mas, na hora decisiva, votará contra os interesses do povo ou se omitirá. Sustentou que esta Casa precisa ter a coragem e a cara do povo, não podendo fazer de conta que o problema não existe. Externou que o custo com passagens de ônibus corrói uma grande parte dos salários dos trabalhadores, diminuindo a qualidade de vida das pessoas. Entretanto, contrapôs, os vereadores fazem ouvidos de mercador, fazendo de conta que não sabem. Opinou que os parlamentares não sabem fazer a diferença entre ser oposição e fazer críticas ao poder municipal. Acrescentou que fazer críticas não é ser inimigo da atual gestão, mas ter a responsabilidade de levantar pontos de fundamental importância para a população de Belém. Lembrou que os vereadores são eleitos para fiscalizar o executivo municipal e indicar melhorias necessárias à cidade. Assim, quando sobem à tribuna e apontam os alagamentos que ocorrem ou a falta de recolhimento do

lixo, isso não significa que sejam contra a administração de Belém. Expressou que quando postula a acessibilidade nesta Casa não está criticando a Mesa Diretora, da qual faz parte, mas quer dizer que há uma grande parcela da população que faz o debate hoje sobre inclusão e o acesso à Câmara Municipal de Belém faz parte desse contexto. Não é contra a atual gestão da CMB, mas sim quer ajudar na construção e tal ajuda deve ser expressa, pois a omissão leva ao crime e a ocultação dos problemas da cidade também. Alertou que a adoção desta postura fará do parlamentar um vereador medíocre. Portanto, é necessário discutir o transporte público em nosso município. Referiu que há ônibus comprados em outras capitais, onde a lei determina que rodem por apenas cinco anos. Como em Belém o prazo é de dez anos, tais veículos são trazidos para rodar mais cinco anos aqui. Consequentemente, inferiu, vemos a frota sucateada circulando nas ruas da cidade. Recordou que esta Casa não aprovou um projeto de sua autoria estabelecendo que todo ônibus urbano tivesse a informação de sua data de fabricação e a data em que começou a circular nas ruas da cidade. Isto permitiria à população acompanhar o tempo de uso de cada veículo. Entretanto, este projeto não passou porque há alianças e articulações maiores com os donos das empresas de ônibus. Disse saber de antemão que tal projeto não seria aprovado porque é fato que os ônibus já chegam sucateados a Belém e, assim, quebram frequentemente durante o trajeto. Advertiu ser isto responsabilidade da CMB e que, no próximo ano, os atuais vereadores estarão na rua, buscando renovar seus mandatos. Assim, admoestou, é necessário ter a clareza de que lutam pela melhoria do transporte, pela melhoria da saúde, pela melhoria da educação, pelo bem estar de todo o povo. Portanto, asseverou, não é possível ser omissos, fazer o debate superficial e, na hora de votar projetos importantes para a melhoria da população, votar contrariamente ou retirar-se do plenário. Findo este pronunciamento, o vereador Mauro Freitas assumiu a presidência da Mesa. Não havendo mais vereadores inscritos, encerrou-se o Horário do Expediente e iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Dr. Elenilson mostrou-se preocupado com uma discussão que vem ocorrendo no Hospital de Clínicas Gaspar Viana. Pontuou que este hospital é referência nacional em atendimento em saúde mental e psiquiatria, com um serviço de urgência nesta especificidade funcionando ininterruptamente durante todo o ano. Informou haver também ali uma residência –pós-graduação em psiquiatria – que é uma das melhores do Brasil. Aditou que lá funciona a internação psiquiátrica, mas se pretende retirar esta do Hospital de Clínicas colocando-a em uma casa fora. Denunciou que isto significará a segregação do paciente psiquiátrico, afastando-o da equipe especializada que lá atua. Voltar-se-ia assim, avaliou, à época do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, quando os pacientes eram escondidos do restante da sociedade. Destacou que o Hospital de Clínicas tem uma retaguarda em cardiologia, uma retaguarda em clínica médica e uma retaguarda em obstetrícia que dão suporte ao paciente psiquiátrico. Salientou a importância disto explicando que o paciente psiquiátrico, ao adentrar o Hospital de Clínicas, tem co-morbidades tais como diabetes e hipertensão descompensadas ou são, muitas vezes, gestantes cuja gravidez é de risco e que entram em crise. Entretanto, ao chegarem ao Hospital de Clínicas, possuem a retaguarda necessária para receberem o tratamento adequado. Questionou sobre quem será responsável pela morte de tais pacientes se eles forem instalados em outro local. Declarou ser necessário avançar no campo da saúde mental, colocando o paciente próximo à sociedade e não o separar. Manifestou ter certeza de que o governador Hélder Barbalho não sabe do que está ocorrendo dentro do Hospital de Clínicas. Disse querer conhecer os responsáveis por tal deliberação e se estes assumirão a responsabilidade pela morte de pacientes psiquiátricos decorrente da falta de suporte adequado. Além disso, acrescentou, os profissionais capacitados que fizeram concurso para trabalhar no Hospital de Clínicas não trabalharão em outro local, constituindo esta mudança uma aberração. Previu que, deste modo, os ambulatórios psiquiátricos que funcionam no Hospital de Clínicas também serão retirados. Defendeu a diminuição da *psicofobia*: não se deve ter medo dos pacientes com transtorno mental e não se devem discriminar os profissionais que atuam na área da saúde mental. Pelo bloco PDT – PSB, Igor Andrade lamentou a queda de parte da ponte sobre o Rio Mojú que, além do transtorno causado à mobilidade da população, pode levar ao aumento no preço da carne bovina. Comentou que isto se soma ao aumento do preço dos remédios, das tarifas de energia elétrica, do preço de todos os itens da cesta básica e do preço do óleo diesel, que no Pará é o quinto mais caro do Brasil. Perguntou-se então como o trabalhador conseguirá sobreviver ganhando um salário mínimo, avaliando que, com o valor pago hoje, isso não é possível. Lembrou que em Belém temos uma das cestas básicas mais caras do país e nas feiras livres todos os produtos estão custando mais. O açaí, fez notar, antigamente era um produto popular, mas hoje se tornou supérfluo na mesa do paraense, devido ao seu alto preço e o mesmo também ocorre com a farinha. Acusou a Rede Celpa de, todos os dias, enviar equipes aos bairros periféricos para tentar obter das pessoas confissões de dívida, de modo ilegal e abusivo, e quem padece com isso é a população menos favorecida. Deixou seu repúdio a esta situação e sua esperança de que os órgãos competentes não permitam que sejam prejudicados ainda mais os trabalhadores, pois estes são os que menos ganham e são os que sustentam a economia do país. Pelo bloco MDB – PHS, Joaquim Campos agradeceu a Deus por não haver vítimas fatais do acidente que derrubou

parte da ponte sobre o Rio Mojú, atribuindo o sinistro à imperícia do condutor da balsa que abalroou o pilar daquela estrutura. Desmentiu a informação de que a queda da ponte prejudicará o escoamento da soja produzida em nosso estado informando que esta produção passa por outras vias. Afirmou ser contrário à modificação do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Belém porque isto poderia ser usado pela oposição para inviabilizar as ações do Executivo em nível municipal. Pelo bloco PSDB – PSL, Nehemias Valentim referiu-se também à queda da ponte sobre o Rio Mojú comentando que a população paraense está sofrendo as consequências do acidente. Tratou depois da situação caótica vivida no Rio de Janeiro com as chuvas intensas que atingiram aquela cidade. Ajuizou que tais episódios são usados pela oposição para atacar os gestores, culpando-se neste caso o prefeito Marcelo Crivella por todas as mazelas que atingiram a população carioca neste percalço. Declarou que, em verdade, é o próprio homem que está provocando estes eventos trágicos, caçando sua própria desgraça, ocupando lugares que não pode ocupar. Avaliou que, se iniciativas urgentes não forem tomadas em nível macro, amargaremos a cada ano situações ainda piores. Agradeceu a Deus por nossa cidade não enfrentar problemas como o deslizamento de encostas, embora os rios e canais fiquem cheios a cada ano. Quanto ao acidente com a ponte sobre o Rio Mojú, considerou que este será esclarecido com o tempo, mas estimou haver algo errado com aquela edificação pelo efeito dominó ocorrido após o abaloamento do pilar. Agora, ponderou, o caos está instalado e é necessário que a PMB e o governo estadual deem apoio aos caminhoneiros. Acrescentou que o DETRAN, a Polícia Militar e a Guarda Municipal também devem atuar para evitar qualquer ocorrência negativa e dar segurança ao embarque nas balsas. Repetiu declaração feita pelo governador do estado de que esta situação problemática talvez ainda perdure por um ano. Informou que um ônibus vindo do estado de Tocantins para participar de um encontro da Igreja Assembleia de Deus em Belém passou mais de doze horas esperando para embarcar na balsa. Ressaltou a necessidade de disponibilizar mais balsas para agilizar o transporte após este acidente. Pelo bloco PC do B – PT, Amaury da APPD comentou sobre a exoneração do ministro da Educação, Ricardo Velez Rodrigues. Disse que esta dispensa ainda foi tardia porque Ricardo Velez fez muita lambança à frente do Ministério da Educação e sua permanência tornou-se insustentável. Referiu ser o segundo ministro do governo Bolsonaro a cair em menos de dois meses e estimou que o próximo a cair fosse o ministro “laranja” – o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Expressou que assim, pouco a pouco, desmonta-se o governo Bolsonaro, pois este imaginou que, quando chegasse ao poder, lidaria com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro como lida com seus filhos. Aditou que, além das péssimas escolhas para ministros, ainda há os filhos que o atrapalham. Anunciou que Eduardo Cunha está vindo aí, amparado por políticos, promotores e juizes, mas quer ver como o Poder Judiciário lidará com isso. Pela liderança da Oposição, Enfermeira Nazaré Lima comunicou que, na sexta-feira anterior, recebeu de uma comissão de jovens estudantes – representando a União Nacional dos Estudantes, a União Paraense dos Estudantes, o Diretório Central dos Estudantes da UFPA, o Movimento Juntas e Juntos, a União da Juventude Socialista e o Movimento Estudantil da UFPA – um documento a ser entregue aos parlamentares desta Casa. Em seguida, leu o documento cujo teor é um pedido aos vereadores de Belém para que se posicionem contrariamente, de forma oficial, ao aumento no preço das passagens de ônibus urbano em nosso município, atuando para impedir que o prefeito Zenaldo Coutinho use de seu poder discricionário para sancionar tal majoração. Finda esta leitura, disse esperar que todos os vereadores posicionem-se contrariamente ao aumento da tarifa de ônibus. Pela liderança do PRB, Simone Kahwage expressou ser totalmente a favor do presidente Jair Bolsonaro, mas, devido ao pouco tempo, tratará sobre isso em outra sessão. Assim, no próximo período de dez minutos que tiver para se manifestar, falará muito mais sobre aquele que quer mudar as coisas no país, mas o sistema está “indo para cima” – TV, rádio, jornal impresso - fazendo tudo o que pode para atrapalhar o governo. Após este pronunciamento, o vereador Moa Moraes pediu a realização de um minuto de silêncio, no momento apropriado, em homenagem póstuma ao senhor Valdemir Afonso Palhares, presidente da Unicom e um dos fundadores da CredBem, solicitação acatada pela presidência da Mesa. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente da sessão, Mauro Freitas, solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando que esta Casa emita voto de repúdio à atitude de uma mãe que espancou sua filha de seis anos de idade, em Xinguara, no Pará, o que se tornou público através de vídeo divulgado na *internet*. Assumiu, neste momento, a presidência da Mesa o vereador Moa Moraes. Fizeram o encaminhamento os vereadores Fabricio Gama, Professora Nilda Paula, Joaquim Campos, Mauro Freitas, Fernando Carneiro, Adriano Coelho e Moa Moraes (assumindo a presidência da Mesa o vereador Henrique Soares). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, em votação nominal, com vinte e um votos favoráveis. Foi feito depois um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Valdemir Afonso Palhares, atendendo à solicitação anterior do vereador Moa Moraes. Finda esta homenagem, encerrou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Não havendo matéria em pauta para discussão e votação, o presidente

Henrique Soares encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e Blenda Quaresma. Justificou sua ausência o vereador Dr. Chiquinho. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Dr. Elenilson, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Bioco, Fabrício Gama e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Professora Nilda Paula, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Paulo Queiroz, Moa Moraes, Nehemias Valentim e Neném Albuquerque, pelo bloco PSDB – PSL; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B, PT; Joaquim Campos e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Adriano Coelho, Henrique Soares e Igor Andrade, pelo bloco PDT – PSB; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 09 de abril de 2019.

1º Secretário

Presidente

2ª Secretário